



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0001977-28.2013.8.17.0000 (0297074-9)

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco

AGRAVADO: A.C.S.N. (Adolescente)

RELATOR P/ACÓRDÃO: JUIZ JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO. APROVAÇÃO NO ENEM. REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO. MENOR DE 18 ANOS. LEI DE DIRETRIZES BÁSICAS DA EDUCAÇÃO. EXIGÊNCIA LEGÍTIMA. PROVIMENTO DO RECURSO POR MAIORIA DE VOTOS.

- Trata-se de Agravo Regimental interposto contra decisão interlocutória concessiva de liminar exarada nos autos do Mandado de Segurança em epígrafe, impetrado por menor púbere assistido por genitora, contra ato ilegal imputado ao Secretário de Educação do Estado de Pernambuco e ao Estado de Pernambuco, consubstanciado na negativa de fornecimento do certificado de conclusão do ensino médio, de modo a provocar lesão a direito líquido e certo do menor, impedindo sua matrícula em curso de nível superior, na rede pública de ensino para o qual obteve aprovação.
- Passo a decidir, proferido voto divergente, dando provimento ao regimental; Impetrante que pretende utilizar o resultado obtido no ENEM com vistas a suprir reprovação verificada no ensino médio, sem 18 anos completos.
- Para utilização do ENEM como suprimento de aferição do resultado de segundo grau é necessário que a instituição de ensino se vincule a esta proposta, porque a lei permite desde que o aluno tenha 18 anos e desde que a instituição de ensino assim admita.
- Dessa forma, é preciso que a instituição de ensino considere o ENEM como sendo método de verificação de sua escolaridade, posto que a aprovação no vestibular, por si só, não corresponde à aprovação da escolaridade que deve ter aquele plano sequencial, cronológico, e que consta da Lei de Diretrizes Básicas da Educação.
- Admitir que a simples aprovação no vestibular seja suficiente para considerar que o aluno se encontra escolarizado naquele nível e naquela competência definida na Lei de Diretrizes Básicas seria de uma visão simplista.
- Por maioria de votos, a Turma deu provimento ao regimental, nos termos do voto divergente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Regimental no Mandado de Segurança nº 0297074-9, em que figura como agravante o Estado de Pernambuco e como agravado A.C.S.N. (Adolescente)

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Egrégia Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por maioria de votos, em dar provimento ao agravo regimental, tudo de conformidade com a ementa, o relatório, o voto e as notas taquigráficas, que passam a integrar este aresto.

Recife, de de 2013

Juiz José Marcelon Luiz e Silva
Relator Substituto



8302

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Grupo de Câmaras de Direito Público

Agravo Regimental no Mandado de Segurança nº 0297074-9 (N. P. U. 0001977-28.2013.8.17.0000)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Antonio Carneiro de Sousa Neto

Relator Des.: Erik de Sousa Dantas Simões.

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo Regimental interposto contra decisão interlocutória concessiva de liminar exarada nos autos do Mandado de Segurança em epígrafe, impetrado pelo menor púbere Antônio Carneiro de Sousa Neto, devidamente assistido por sua genitora Silvana Cordeiro da Silva Carneiro, contra ato ilegal imputado ao Secretário de Educação do Estado de Pernambuco e ao Estado de Pernambuco, consubstanciado na negativa de fornecimento do certificado de conclusão do ensino médio, de modo a provocar lesão a direito líquido e certo do menor, impedindo sua matrícula em curso de nível superior, na rede pública de ensino, para o qual obteve aprovação.

Aduz o ente agravante que é nítida a inexistência dos pressupostos específicos para concessão do *mandamus*, uma vez que, por expressa determinação legal, o agravado não dispõe de direito líquido e certo a obter certificado de conclusão do ensino médio, já que se encontra comprovado nos autos que o estudante não concluiu referida etapa educacional com aproveitamento.

Requer que, em juízo de retratação, esta relatoria revogue a decisão monocrática combatida, ou que, não sendo este o caso, seja o presente agravo levado a julgamento perante o órgão colegiado competente para que seja cassada a liminar em questão.

É o relatório.

Recife, 12 de 03 de 2013.

Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



84

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Grupo de Câmaras de Direito Público

Agravo Regimental no Mandado de Segurança nº 0297074-9 (N. P. U. 0001977-28.2013.8.17.0000)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Antonio Carneiro de Sousa Neto


Relator Des.: Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

O suporte fático atinente ao mandado de segurança originário retrata o caso de estudante menor de 18 anos que cursou o ensino médio na Escola Técnica Estadual Arlindo Ferreira dos Santos, instituição vinculada à Gerência Regional de Educação de Arcoverde/PE, órgão integrante da Secretaria de Estado de Educação de Pernambuco, e que, ao término do 3º ano, prestou o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM 2012, tendo sido, ao final, aprovado com média superior à exigida para os integrantes egressos de instituições de ensino públicas.

Após a realização das provas do ENEM, o menor agravado efetuou inscrição perante o Sistema de Seleção Unificada (SISU), fato que oportunizou sua seleção para uma das 14 vagas do Curso de Letras-Português oferecidas pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), para a qual foi chamado a se matricular até a data limite de 08/02/2013.

Todavia, ao requerer o certificado de conclusão do ensino médio à Escola Técnica Estadual Arlindo Ferreira dos Santos foi surpreendido com a negativa de seu pleito, sob a alegação de que não obtivera nota mínima de 6,0 para aprovação na matéria de Química, haja vista ter atingido a nota 5,5 em referida matéria.

A decisão combatida foi proferida atendo-se à análise perfunctória própria dos provimentos liminares, relacionadas ao preenchimento dos requisitos necessários do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*. 



85
10/10

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Com efeito, o agravado entende que ostenta direito líquido e certo à continuidade de sua evolução intelectual, mormente porque comprovara, através de aprovação em exame organizado e aplicado pelo Poder Público, que se encontra apto a ingressar no ensino superior.

De outra monta, entende ilegal a postura tomada pelas autoridades públicas apontadas em lhe recusar a emissão de certificado de conclusão do ensino médio, haja vista sua aprovação em exame nacional, que tem o condão de certificar a real aptidão dos estudantes concluintes do ensino médio.

Vê-se lesionado, por outro lado, em decorrência do fato de a nota obtida no ENEM ser utilizada como baliza para emissão de certificado de conclusão do ensino médio para as pessoas maiores de dezoito anos, grupo do qual está inexoravelmente excluído por se encontrar apenas com 17 anos de idade.

Analizando superficialmente a situação fática retratada, entendi que a irresignação do agravado merecia prosperar. Permaneço firme neste entendimento.

Com efeito, o menor agravado prestara o ENEM/2012, conforme é possível se inferir do documento de fls. 25, obtendo notas suficientes para ocupar uma das vagas do curso de Letras/Português oferecido pela Universidade Estadual da Paraíba.

Em contrapartida, não obtivera certificação de aprovação no ensino médio em decorrência de reprovação em uma única matéria da grade curricular regular.

Analizando as normas pertinentes a matéria (Lei nº 9.394/96 e edital do ENEM/2012), observo que a certificação de aprovação no ensino médio pode ser dada através da conclusão regular em instituição de ensino, ou através de aprovação em exame supletivo, para aqueles com idade mínima de 18 anos (art. 38, § 1º, II, da Lei 9.394/96).

Acontece que, para aqueles que se submeteram a exame supletivo, a nota obtida no ENEM autoriza a certificação de conclusão para o ensino médio. Todavia, para os que estão matriculados em instituição de ensino regular, não existe referida previsão.

ERIK



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Nesta esteira, para que fosse possível ao agravado a matrícula em instituição de ensino superior, seria necessário que ele se inscrevesse para submissão em exame supletivo, de modo que sua nota no ENEM seria utilizada para certificação de conclusão em ensino médio.

Acontece que o impetrante encontra-se impedido de realizar tal inscrição, e, portanto, de utilizar o permissivo retro mencionado (certificação do ensino médio através da nota do ENEM), pelo fato único de não possuir 18 anos de idade completos, idade mínima exigível para inscrição em exame supletivo).

Impende salientar que esta relatoria possui posicionamento solidificado no sentido da inexistência do direito líquido e certo de estudantes do ensino regular se utilizarem da sistemática idealizada para o exame supletivo como atalho para ingresso a curso de nível superior, na tentativa de adiantar o curso normal do tempo para alcançar uma espécie de “aprovação extemporânea”.

Todavia, entendo que o caso retratado nos presentes autos guarda peculiaridades em relação ao paradigma acima citado. Isto porque, o agravado não busca se utilizar do subterfúgio do exame supletivo para garantir ingresso em curso de nível superior.

Em verdade, *in casu*, o agravado, em que pese ter obtido nota suficiente no ENEM/2012 para ingressar definitivamente, e na época adequada, em curso de nível superior, teve tal intento obstaculizado por inesperada reprovação em decorrência de insuficiência de meio ponto em uma única matéria (química) da grade curricular regular.

Analizando tal situação, pelo menos em juízo de prelibação, entendo que o ato impeditivo impingido pela autoridade coatora revela-se desarrazoado, vez que a nota obtida pelo agravado no Exame Nacional do Ensino Médio demonstra de forma irrefutável sua aptidão intelectual para ingressar na etapa educacional seguinte, qual seja, o ensino superior. Referida afirmação toma ares de concretude na medida em que o impetrante fora efetivamente convocado para efetivar sua matrícula em instituição de ensino superior.

..



07

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Diante do exposto, em vista das considerações expendidas, conheço do presente Agravo Regimental para lhe negar provimento.

É como voto.

Recife, 12 de 03 de 2013.


Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO – 12/03/2013
AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 297074-9
AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO
AGRAVADO: ANTÔNIO CARNEIRO DE SOUZA NETO
RELATOR: DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE)

O voto de Vossa Excelência então é no sentido de negar provimento ao regimental do Estado.

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

Exatamente, Senhor Presidente.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE)

E Vossa Excelência fundamenta dizendo que a situação do impetrante é diferenciada porque ele tem 18 anos?

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

Não, ele não tem 18 anos, ele cursou o terceiro ano.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE)

Ele cursou o terceiro ano e foi reprovado.

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

Reprovado numa única matéria, ele fez na Escola Técnica Estadual Arlindo Ferreira dos Santos.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE)

Ele então fez vestibular e passou.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

Passou em letras, do Estado da Paraíba.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE)

Está sendo chamado então para fazer a matrícula, e certamente a universidade exige a certificação, ele não tem a certificação, entrou no Poder Judiciário com o mandado de segurança, dizendo que cursou o ENEM, é isso?

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

Exatamente.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE)

Obteve aprovação no ENEM.

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

Obteve aprovação, e aí preferi conceder a liminar e trazer de imediato para discussão desse Egrégio Grupo.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE)

Bem, acredito que esteja esclarecido, está em discussão.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS

Presidente, gostaria de saber do Relator de quando data a liminar

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

No dia 07 de fevereiro do corrente ano.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS

Pois não, obrigado.

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Senhor Presidente, Desembargador Erik, o fundamento da impetração, o pedido liminar é para que o Secretário de Educação outorgue o certificado de conclusão do ensino médio com base na nota do ENEM. É exatamente isso?

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

Exatamente.

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Desembargador Erik, permita-me em fase de discussão. Parece-me que a circunstância de o aluno ter sido reprovado por meio ponto numa única disciplina, no terceiro ano, não interfere com a análise jurídica sobre se tem ele ou não o direito de utilizar-se do resultado no ENEM para substituir, do ponto de vista jurídico, o resultado do terceiro ano, muito embora ele não tenha 18 anos, buscando identificar como Vossa Excelência fez peculiaridade no caso que justificasse voto distinto, na espécie, já que em regra tenho um posicionamento comum ao de Vossa Excelência, mas confesso de que estou com dificuldade de utilizar esse parâmetro da reprovação no curso, já que me parece quer ele não tem essa ligação com a circunstância do ENEM. Mas na verdade, não obstante tenha feito esse comentário, a razão da observação era mais para me certificar de que a base jurídica do pedido, e o pedido no final é de utilização do resultado do ENEM. Se Vossa Excelência pudesse ler a parte final do pedido do mandado de segurança.

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

O pedido, letra b: *“deferir a tutela de urgência vindicada, inaudita altera pars, para que o impetrado promova a emissão imediata de certificado de conclusão de ensino médio em favor do impetrante, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), até ulterior julgamento de mérito do presente remédio heróico, permitindo-se, destarte, a realização de matrícula no curso de letras, na instituição de ensino superior, UEPB – UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. Que ao final meritório seja julgado procedente o presente remédio, mantendo-se a exordial em todos os seus termos”*. Isso é o pedido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Agradeço Desembargador Erik.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS

Presidente, pegando carona nas observações do Desembargador Bandeira, estou em dúvida com relação à seguinte questão: o ENEM é feito com os alunos que terminaram o segundo grau? Estariam habilitados à Universidade? Em suma, é requisito para o ENEM a conclusão do segundo grau? Estou em dúvida. Não?

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO GUIMARÃES

Ele serve também para a conclusão do ensino médio, desde que haja esse pedido no ato de inscrição, observando-se, lógico, dentro da lei a questão da idade. Mas no caso aí como o Desembargador Erik está mencionando, o caso é diferente, porque ele já tava no terceiro ano, apesar de que se ele tivesse galgado, tivesse passado normalmente, sem ter sido reprovado por causa de meio ponto, ele entraria na Universidade com menos de 18 anos. Então ele está no último ano do ensino médio. Então ele utilizou o ENEM para concluir o ensino médio. Já no terceiro ano ele fez o vestibular e passou, ele não está utilizando a nota do ENEM para entrar na universidade.

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

Ele está utilizando a nota do ENEM. Ele foi reprovado no terceiro ano científico, quer dizer do ensino médio agora, ele está utilizando a nota para ingressar na faculdade.

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Permita Desembargador José Ivo, só para dizer a mesma coisa de uma outra forma. A discussão que tivemos aqui há quinze dias, porque existe um dispositivo na Legislação Federal que regula o ENEM, que permite que a nota do ENEM seja utilizada para fins de conclusão do segundo grau, desde que o aluno atinja determinadas médias na redação e na prova de conhecimento, e desde que o aluno tenha mais de 18 anos. A questão aqui é que ele não preenche esse requisito da idade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS

Pois não, estou satisfeito, obrigado Desembargador José Ivo, Desembargador Bandeira e o Relator.

DESEMBARGADOR JOSÉ MARCELON

Senhor Presidente, gostaria de um esclarecimento ao Relator. Se o diploma, a certificação foi efetivamente indeferida, negada ao impetrante.

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

Foi, com a reprovação ele não obteve a certificação da escola.

DESEMBARGADOR JOSÉ MARCELON

Obrigado, satisfeito.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE)

Ninguém mais gostaria. Então vamos colher votos.

DESEMBARGADOR JOSÉ MARCELON

Senhor Presidente, Senhores Desembargadores, me pareceu que a questão difere um pouco das anteriores que vivenciei aqui, porque o impetrante pretende utilizar o resultado obtido no ENEM para suprir a reprovação que se verificou no curso do segundo grau ou no curso médio, e não tendo 18 anos, parece-me que não teria então esse acesso ao ENEM. Só que além dos requisitos mencionados aqui pelo Desembargador Bandeira, sempre tenho que para utilização do ENEM como suprimento de aferição do resultado de segundo grau, é necessário que a instituição de ensino se vincule a esta proposta, porque a lei, ela permite, mas ela diz lá: desde que o aluno tenha 18 anos, e desde que a instituição de ensino assim admita. É preciso que a instituição de ensino considere o ENEM como sendo um método de verificação de sua escolaridade, isso porque, evidentemente, nós sabemos que a aprovação no vestibular, por si só, não corresponde à aprovação da escolaridade que deve ter aquele plano sequencial, cronológico, e que está na lei de diretrizes básicas da educação. Parece-me que admitir que a simples aprovação no vestibular já seja suficiente para considerar que o aluno está escolarizado naquele nível e naquela competência definida na lei de diretrizes



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

básicas, seria de uma visão simplista. De modo que a despeito de eu considerar no início que a liminar poderia ter sido dada para evitar dano maior, parece-me que seja possível, neste caso, peço vênias ao Relator, deferir exatamente porque no início pensava que o impetrante tinha mais de 18 anos, mas nem isso tem, 18 anos. Desse modo, me ponho na posição que já tenho até então, aberto ao debate, evidentemente, mas nesse caso peço vênias para divergir do voto dando provimento ao regimental.

DESEMBARGADOR STÊNIO NEIVA

Desembargador Presidente, também pedindo vênias ao nobre Relator, acompanho a divergência instalada pelo Desembargador Marcelon, considerando que já manifestei em outras oportunidades, e entendo como idêntico o caso ora trazido por Sua Excelência. Então dou provimento ao agravo regimental acompanhando a divergência.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Da mesma forma, Senhor Presidente, peço vênias ao eminente Relator, mas me filio à divergência inaugurada pelo eminente Desembargador Marcelon.

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO GUIMARÃES

Senhor Presidente, peço vênias aos que votaram contra o Relator, acho que isso uma questão de justiça, esse menor de 18 anos fez o seu curso regular do ensino médio, por uma questão de sorte não galgou aprovação em uma matéria isolada, não sei se foi química, por causa de meio ponto numa escola técnica, e se inscreveu no ENEM com o objetivo, lógico, de obter a aprovação do ensino médio, ter o curso concluído, e galgar o ensino superior, um terceiro estágio da vida dele. Não vejo porque se aplicar a proibição dos 18 anos na lei, dentro daquilo que a questão educacional do Brasil, e neste caso específico em que ele utilizou o meio adequado, ou seja, fez o primeiro, o segundo e o terceiro ano de ensino, na certa a matéria do ENEM, ele deve ter feito também física, química, essas cadeiras que ele fez normalmente no curso médio, e é uma questão de justiça, quer dizer, o aluno vai ficar... Veja a condição desse menor que por meio ponto ele vai ficar aguardando um ano de sua vida para poder novamente tentar ingressar na universidade, por causa de meio ponto, uma coisa diferenciada, ele não está saindo do primeiro ano para a universidade, segundo aqui os entendimentos dos doutos pares. Mas ele já concluiu o terceiro ano, não teve êxito nessa matéria de química de meio ponto, e ser reprovado. Teve um determinado momento do ensino educacional nosso, não sei, acredito que isso tenha mudado já, mas que os alunos que eram reprovados em algumas cadeiras, haveria permissibilidade de passar de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

ano e ficar vinculado fazendo aquela cadeira que fosse reprovado, para que não perdesse o ano escolar total. Quer dizer, isso é questão, com a devida vênia, tem que se aplicar, não pode se aplicar a lei no seu aspecto frio não, a gente tem que interpretá-la numa forma que haja um resultado. Socialmente falando para este menor haverá uma resposta à sociedade muito maior, porque provavelmente se ele galgou passar no ENEM, ele vai ter êxito daqui para frente, às vezes é uma questão de sorte, por causa de meio ponto, então vai se parar a vida desse menor, passar um ano novamente, obrigá-lo a passar um ano repetindo todas as cadeiras. Acho que nesse caso é um caso diferenciado, independentemente da idade, e acompanho, portanto, o entendimento do Relator negando provimento ao regimental.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS

Presidente, não quero aqui ser interpretado como um carrasco, mas pedindo vênia ao professor, que não sei quem foi, quem foi carrasco foi ele, em não aprovar o aluno apenas por conta de meio ponto. Peço vênia ao eminente Relator, e ao Desembargador Paula Guimarães, mas acompanho a divergência, sobretudo porque entendo que não podemos aqui ir contra a lei, porque a lei exige que o aluno seja aprovado, e ele não foi, irrelevante se foi por meio de uma matéria ou mais matérias, mas para mim ele não foi aprovado, portanto, não estava habilitado a ingressar na universidade. Lamento, mas, pedindo vênia aos que se posicionaram de forma diferente, mas acompanho a divergência.

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Senhor Presidente, Senhores Desembargadores, Senhora Procuradora de Justiça, como disse na minha primeira intervenção, tenho que este caso se assemelha, na minha visão, aos demais que votei do mesmo gênero, e que o impetrante, na verdade, busca se utilizar do ENEM como forma de suprir o mau resultado que infelizmente ele teve no terceiro ano do ensino médio. Aqui me parece que o ENEM está sendo mal invocado, porque como já defendi em assentadas anteriores, essas formas excepcionais criadas pelo sistema de ensino, tipo supletivo e ENEM, visam inserir de novo no bonde da história, quem não pode cursar o ensino médio na época própria, não serve como segunda chance àqueles que já lograram exercer, realizaram o ensino médio na época própria. Penso também, respeitando, evidentemente, as visões em sentido diverso, essa é a beleza do colegiado, a multiplicidade de perspectiva sob o mesmo tema, de que o mais importante, em regra, em termos normativos, sobretudo em se tratando de sistema educacional, é a preservação do sistema em si e do atributo da isonomia, de maneira a assegurar que todos tenham tratamento idêntico sobre as mesmas regras. Por essa razão, penso que falece, no caso, o requisito básico da existência do *fumus boni iuris*, porque a pretensão deduzida na via mandamental não tem amparo legal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Busca o impetrante, a meu ver, um tratamento, na verdade, excepcional, extinto, diferenciado, em função de suas circunstâncias peculiares. De modo que com essas considerações, Senhor Presidente, peço vênua ao eminente Relator e dou provimento ao regimental para cassar a liminar deferida.

DECISÃO:

"POR MAIORIA DE VOTOS, A TURMA DEU PROVIMENTO AO REGIMENTAL, NOS TERMOS DO VOTO DIVERGENTE PROFERIDO PELO DES. JOSÉ MARCELON (DES. ANTENOR CARDOSO), QUE LAVRARÁ O ACÓRDÃO".
